

FRENTE COMBATIVA SÃO SEBASTIÃO

Boletim nº 13 - abril de 2025



/blogger

ASSEMBLEIAS DE ABRIL DE 2025: ANÁLISE SOBRE O ESTUDO ECONÔMICO DO DIEESE EM SÃO SEBASTIÃO

Confirma-se a caracterização: O decreto de calamidade financeira é uma manobra!

Em assembleia no dia 04/05/25, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) realizou a apresentação de seu estudo econômico da real situação financeira da Prefeitura de São Sebastião, com base no próprio portal da transparência.

Todos os dados apontam claramente para uma "forte expansão" das receitas, especialmente em 2023 e a partir desse mesmo ano. Enquanto isso, as despesas com pessoal estão em um "ritmo estável de crescimento", dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Enquanto a prefeitura arrecadou mais de R\$1.5 bilhão em 2024, excluindo os valores dos processos judiciais com royalties do petróleo contra Ilhabela, aproximadamente 40% desse valor foi destinado ao

pagamento de pessoal, incluindo os comissionados.

Esse cenário se repetirá em 2025, com aumento da arrecadação para R\$1.7 bilhão, e porcentagem com despesa de pessoal no mesmo patamar.

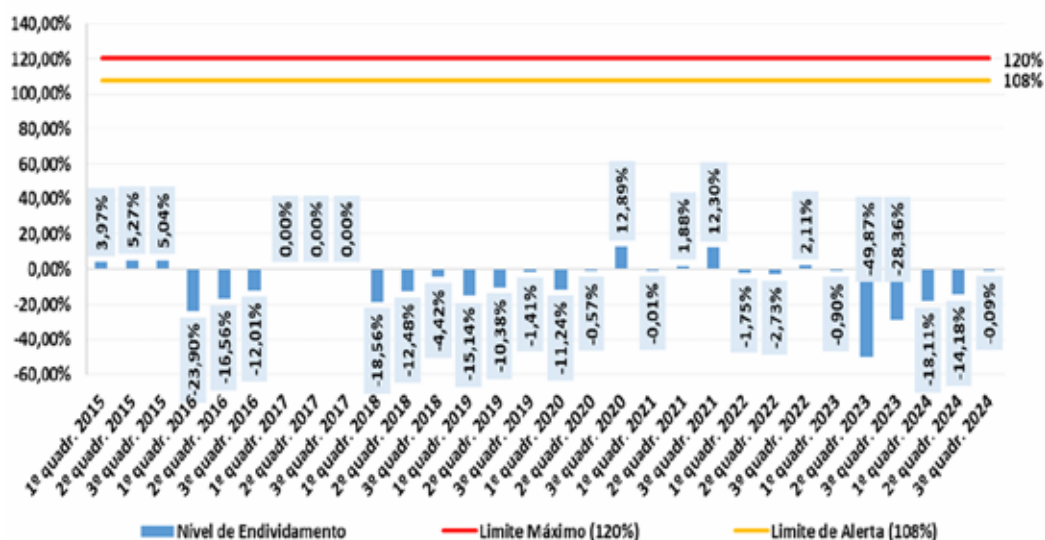
Destaca-se que a LRF define um "limite de alerta" para gastos com servidores quando há comprometimento de 48,6% da receita. Algo ainda muito distante da realidade municipal, ou seja, a prefeitura pode aumentar mais de 8% de toda sua folha de pagamento e ainda estaria abaixo do tal alerta. Lembrando que o reajuste salarial só se torna legalmente inviável com o "limite prudencial", quando uma determinada prefeitura gasta acima de 51,2% de sua receita com pessoal.

O constatado pela Frente Combativa, em seu boletim nº 11, confirma-se com o estudo

do DIEESE, de que o Decreto nº 9606/2025 ("Dispõe sobre a Adoção de Medidas Temporárias de Contenção e Redução de Despesas e dá outras providências") é uma cortina de fumaça para justificar o não reajuste salarial dos servidores, principalmente porque a grande maioria das medidas ali adotadas não necessitavam de um Decreto, podendo serem realizadas por simples Memorandos internos destinados às Secretarias Municipais.

A defasagem salarial calculada pelo DIEESE está em 7,03% (IPCA). Contudo, esse índice reflete a média nacional, e devemos considerar que o custo de vida da cidade, especialmente da Costa Sul, pode ser muito maior. Por isso, defendemos que o reajuste deste ano seja, no mínimo, de 15%.

Indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) São Sebastião – 3º quadrimestre 2024

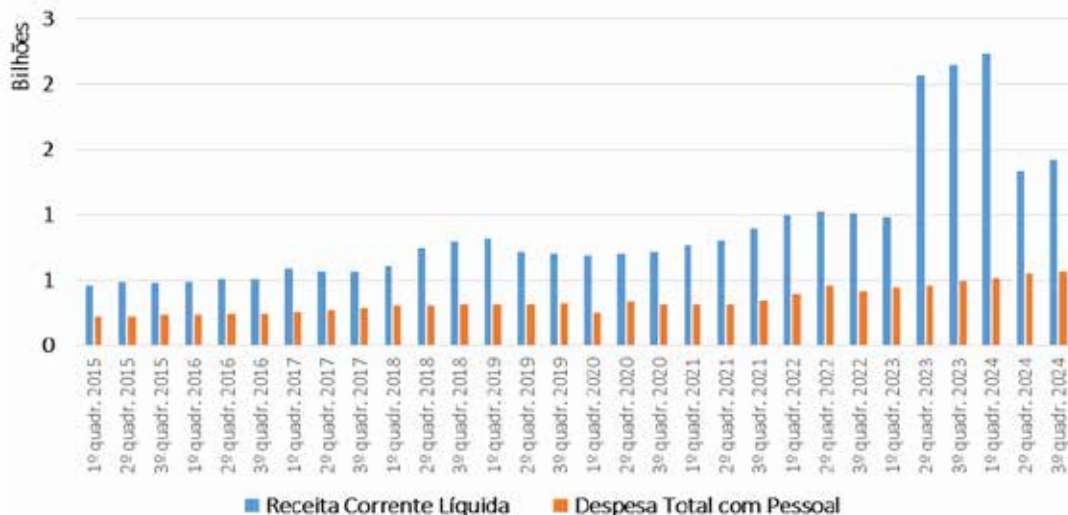


O quadro ao lado (fonte: DIEESE) demonstra que o gasto com pessoal na folha de pagamento da Prefeitura de São Sebastião não possui um crescimento expressivo. Ao contrário, em muitos anos há redução no percentual deste gasto, se comparado com a arrecadação.



Acesse o estudo na íntegra pelo QRCode ao lado, ou em https://www.sindserv.com/docs/campanha/Dieese_Campanha_Sao_Sebastiao_2025.pdf

Indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) São Sebastião – 2015 a 2024



O quadro ao lado (fonte: DIEESE) demonstra que o gasto com pessoal na folha de pagamento da Prefeitura de São Sebastião não ameaça significativamente as receitas. A receita da PMSS tem crescido significativamente.

Limite de Alerta (48,6%)

Não há nenhuma medida a ser adotada pela Prefeitura.

Limite Prudencial (51,3%)

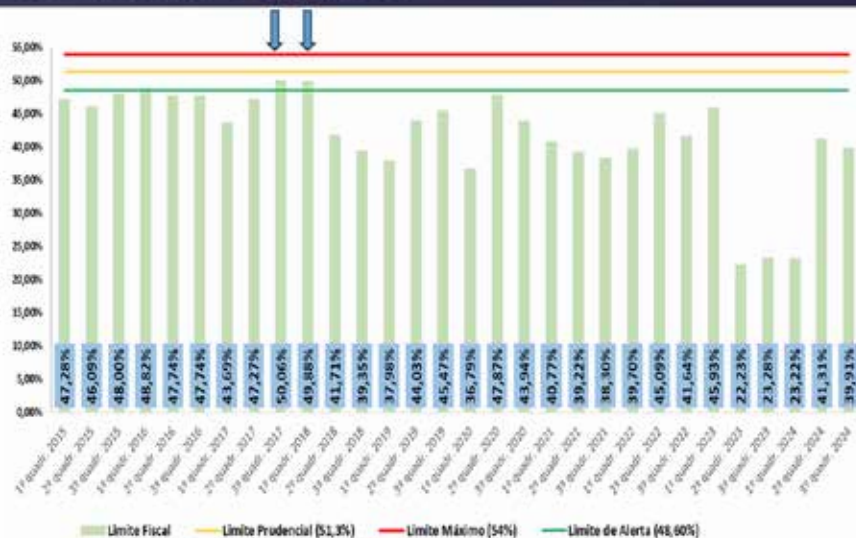
Vedados reajustes salariais acima da inflação (a revisão está na CF); criação de cargos, reestruturação de carreiras, entre outros.

Limite Máximo (54%)

Prazo de oito meses para a Prefeitura para reduzir a despesa com pessoal.

Mais um quadro do DIEESE indicando que o gasto com pessoal na PMSS não fere o indicador de gasto com pessoal.

Indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) São Sebastião - 2015 a 2024



Posições e propostas da Frente Combativa nas assembleias da Campanha Salarial 2025

À seguir, algumas propostas e defesas apresentadas durante as assembleias de 02, 03 e 04/04/25. Salientamos que não se trata do que efetivamente foi aprovado, uma vez que a direção não divulgou.

- Que a direção cumpra as decisões das assembleias, que são soberanas e devem prevalecer sobre as posições da própria direção sindical;
- Reajuste salarial de 15%;
- Dobrar os valores de vale-alimentação e vale-refeição, estender à todos os servidores;
- Faltas abonadas aos contratados;

- Que os celetistas tenham os mesmos direitos, salários e benefícios que os estatutários;
- Revogar as terceirizações e incorporar os trabalhadores à prefeitura, com estabilidade e mesmo salário;
- Que o SindServ represente os celetistas da Fundação de Saúde, pela unidade da categorial;
- Que a ficha de filiação seja alterada para facilitar adesão aos celetistas da Fundação de Saúde;
- Maior transparência da direção sindical com questões jurídicas e trocas de ofícios;
- Que o sindicato se antecipe à paralisação do dia 7/5 e tome providências jurídicas desde já!